

RENASCIMENTO INSTITUCIONAL E O FUTURO DA GEOGRAFIA POLÍTICA NA FRANÇA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970ⁱ

Institutional renaissance and the future of political Geography in France the 1970s
Résurgence institutionnelle et avenir de la géographie politique en France depuis les années 1970

André Louis Sanguinⁱⁱ
Universidade Paris IV-Sorbonne - França

RESUMO

Este artigo retraza a história da Comissão de Geografia Política (Comité National Français de Géographie) depois da sua criação em 1984 em um âmbito mais geral da evolução da Geografia Política depois de seu renascimento na França na década de 1970. Uma atenção complementar é dada ao avanço/desenvolvimento paralelo e independente que constitui a Geopolítica lacostiana e a revista *Hérodote*. Além da institucionalização da Geografia Política na França, o artigo conclui sobre os novos problemas e as novas perspectivas no pós-2010 que afeta este ramo da ciência geográfica.

Palavras-Chave: geografia política; geopolítica; França.

ABSTRACT

This article retraces the history of the Committee of Political Geography (French Geography National Committee) after its creation in 1984 in a broader scope of political geography evolution after its renaissance in France in the 1970s. Additional attention is given to the advance/development, which is parallel and independent that constitutes the lacostian geopolitics and *Hérodote* review. Beyond the institutionalization of political geography in France, this article concludes about the post-2010 new issues and new perspectives which affect this branch of geographic science.

Keywords: political geography; geopolitics; France.

RÉSUMÉ

Cet article retrace l'histoire de la Commission de Géographie Politique (Comité National Français de Géographie) après sa création en 1984. Une attention particulière est portée sur le développement parallèle et indépendant que constituent la géopolitique lacostienne et la revue *Hérodote*. L'article conclut sur les nouveaux problèmes et les nouvelles perspectives post-2010 qui affectent cette branche de la science géographique.

Mots-clés: géographie politique; géopolitique; France.

INTRODUÇÃO

Neste começo da década de 2010, é difícil imaginar o que poderia ser o status da geografia política na França há quarenta anos: era um vácuo completo! A expressão em si *Geografia Política* era desconhecida não apenas nos programas universitários de Geografia, assim como no vocabulário dos membros da corporação. Sob o mesmo título que outras especialidades, esse ramo da ciência geográfica compunha grandes vácuos de estudo no seio da geografia francesa, ainda que fosse bastante ativa em diversos países estrangeiros,

especialmente aqueles do mundo anglo-saxão. Como chegamos a essa situação?

Se hoje podemos evocar o *retorno de um excluído*, é simplesmente porque pesava sob a Geografia Política um tabu intelectual que remonta o começo do século XX (SANGUIN, 1985). Esse tabu possui diversas origens. Se Vidal de la Blanche exprimia certas reservas sutis sobre o livro *Geografia Política (Politische Geographie* em alemão) de Ratzel, um geógrafo como Camille Vallaux (1870-1945) ou um historiador como Lucien Febvre (1878-1956) procederam uma franca rejeição da terminologia sob principal alegação de que as dimensões

políticas não possuíam espaço dentro da análise política (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, 1904; VALLAUX 1911; FEBVRE, 1922). Durante a década de 1930, essa rejeição se transforma significativamente em anátema com Albert Demangeon (1872-1940) que realizou uma mistura imprudente entre a Geografia Política e a *Geopolitik* de Haushofer. Essa anátema pronunciada duas vezes (1932 e 1939) se inscreveu de maneira lógica na ascensão e instalação do nazismo na Alemanha. Ao se dar conta da visão institucional de Demangeon no seio da corporação dos geógrafos franceses, esse posicionamento afetou fortemente os sentimentos. (DEMANGEON, 1932, 1939). Certamente pode-se argumentar que havia André Siegfried e Jacques Ancel para manter uma Geografia Política na França durante o entre guerras. Na realidade, mesmo se eles adequassem suas teses sob a direção de Marcel Dubois (1856-1916), colega de Vidal de la Blache, e mesmo se o seu *Tableau Politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* (VIDAL DE LA BLACHE, 1913) tem alguma reminiscência vidaliana em seu título, André Siegfried (1875- 1959) nunca teve relações com os geógrafos franceses e nem eles com Siegfried. Realizando a totalidade de sua carreira em *Sciences Po*, Siegfried voou por conta própria para horizontes e escritos multidisciplinares onde a Geografia era apenas um elemento entre outros em suas análises (SANGUIN, 2010). Jacques Ancel, que morreu prematuramente como resultado de seu cativeiro em Compiègne por ser judeu, nunca teve qualquer posição profissional na universidade francesa. Conferencista no *Institut de Hautes Études*

Internationales (Instituto de Altos Estudos Internacionais) de Paris (FR), ele seguiu um itinerário à margem do caminho tradicional “real” da universidade e nunca teve discípulos. Sua estreia dentro da produção geográfica partiu de um sentimento de necessidade e demais causas acidentais. Seus artigos foram raramente publicados em periódicos de Geografia francesa. (SPECKLIN, 1979; PÉCHOUX & SIVIGNON, 1996).

A partir de 1945, a rejeição da Geografia Política foi revivida em outro registro pelos líderes da Geografia francesa. De fato, de 1945 a 1968, geógrafos franceses institucionalmente importantes foram membros do Partido Comunista ou, pelo menos, companheiros do último, notadamente em torno do *l'Institut de Géographie de l'Université de Paris*. A rejeição se ampliou sobre as bases ideológicas: a Geografia Política era a ciência dos nazistas, depois fascistas e a utilização do termo deveria ser proscrita. Dado o clima intelectual hostil, compreende-se melhor o porquê da Geografia Política de François Jean Gottmann (1915-1994), instalado nos Estados Unidos, não receber quase nenhuma audiência dentre os geógrafos franceses entre os anos de 1950-1960. Ainda, neste caso especificamente, o incômodo anti-americano de uma parte da *intelligentsia* da Geografia francesa desempenhou um papel significativo (SANGUIN, 1985). Toda essa surpreendente situação foi recentemente e explicada e analisada amplamente por geógrafos franceses conhecidos e provenientes de horizontes políticos diferentes (BATAILLON, 2006, 2009; CLAVAL, 2003; PAILHÉ, 1981, 2003).

GEOGRAFIA POLÍTICA: O CONTEXTO DE UM RENASCIMENTO (1974 - 1980)

O impulso da revolução teórica e quantitativa em Geografia se fez sentir pelos geógrafos franceses abertos a literaturas estrangeiras a partir do começo dos anos 1970. A crise universitária de maio de 1968 mostrou o desgaste da Geografia clássica francesa e não é por acaso que Roger Brunet fundou em 1972 a revista *L'Espace Géographique*, seguida logo após a introdução dos coremas (*Chorématique*). Nos anos 1970, Claude Raffestin e seus colegas publicam a *Géographie des frontières* e em seguida *Frontières et sociétés* (RAFFESTIN *et al.*, 1974, 1975). Tais aberturas saem dos clichés clássicos e se orientam para análises das dinâmicas dos espaços fronteiriços, sua territorialidade, suas mudanças, sua percepção através de seus próprios habitantes. Essa nova abordagem das fronteiras marca uma mudança inegável.

Um pouco mais tarde, a obra *La Géographie Politique* de André-Louis Sanguin, publicada quando ele trabalhava em Québec (1970-1986) também é relevante. Ele é o primeiro a se destacar na França com trabalhos intitulados de Geografia Política depois da Segunda Guerra Mundial (SANGUIN, 1977). De uma certa maneira, ele pôs um fim ao tabu intelectual que pesava sobre a Geografia Política. A partir de então, pode-se tratar da Geografia Política sem ser vista como anátema! Tal obra se propõe a mostrar aos geógrafos franceses as contribuições da Geografia Política anglo-saxônica dando destaque a temas pouco ou não abordados na França: minorias nacionais, territorialidades e sentimentos de pertencimento, núcleo central e

capital, carta administrativa, fronteiras marítimas, espaço aéreo e cósmico, etc. Esse novo quadro e a nova abordagem encontram uma aplicabilidade mais concreta na obra de Sanguin dedicada à Suíça (SANGUIN, 1983a).

Envolvendo sob um pequeno território a quase totalidade dos elementos fundamentais da Geografia Política, a *Confédération Helvétique* é um espelho fiel do caleidoscópio político-territorial observável na Europa, funcionando como um laboratório em miniatura do federalismo. Os temas de Geografia Política que, até então, não haviam sido estudados na França encontraram seu desenvolvimento nesse livro: territorialidade e comportamento territorial, razão de ser e maturidade dos Estados, geografia do federalismo, contexto espacial de votos, cooperação transfronteiriça, *consociétalisme*, entre outros.

Quase simultaneamente, Paul Claval e Claude Raffestin abordam a Geografia Política sob um ângulo até então desconhecido pelos geógrafos franceses: o poder. Claval se recusou a reduzir a Geografia Política ao estudo do Estado e seus atributos geográficos (CLAVAL, 1978). Sua análise dos fatos de poder se apoia sobre as categorias propostas por Max Weber e empresta da Antropologia Política e a Sociologia Política o quadro conceitual dos sistemas de relação dando enfoque às relações de poder. O território não é um fator explicativo, ele ajuda a demonstrar a dinâmica espacial de parceiros desiguais. Como as estruturas de redes de informação e os espaços sociais afetam a liberdade do indivíduo? A análise dos tipos de dominação não necessariamente passam pelo

controle exclusivo das forças produtivas, mas por outros instrumentos (CLAVAL, 1978).

Para Claude Raffestin e Mercedes Bresso, o trabalho constitui a base verdadeira da Geografia do poder. O trabalho é o poder original e essencial dos homens. Através desta leitura marxista da Geografia Política, Raffestin e Bresso lançam nova luz sob o paradigma centro-periferia (RAFFESTIN & BRESSO, 1979). Para eles, os símbolos do poder industrial limitam as produções espaciais das áreas rurais e urbanas: o território se tornou um suporte para as atividades tecno-econômicas. Não mais é parte dos homens. No começo da segunda década do século XXI, não é certo que o primado dado à indústria por Raffestin e Bresso ainda mantém seu escopo, pelo menos no Grupo dos 8 (G8). Este conserva melhor tal perspectiva em outra escala, a do sistema-mundo. Por trás dessa visão da Geografia Política, Raffestin e Bresso querem mostrar que o surgimento do Estado-nação moderno destruiu o universalismo e o regionalismo tão característicos da vida da Idade Média. Para eles, tem havido uma renúncia a uma gama de escalas de observação e percepção em favor de uma única escala, a saber aquela do Estado-nação (SANGUIN, 1983b). As regiões foram relegadas a um plano de fundo, o que acarretou uma deterioração e rejeição do conceito de *heterogeneidade espacial*. O espaço sociológico perdeu completamente seu senso de continuidade. Transformou-se em um arquipélago de *ilhas funcionais*: fábrica, casa, escritório, clube, fim de semana, férias, esporte., etc. Em sua obra anterior *Pour une Géographie du pouvoir*, Raffestin tenta mostrar que o poder é

um produto de uma situação espacial imediata (RAFFESTIN, 1980).

Seu livro tenta rejeitar a Geografia como uma ciência de lugares. Para Raffestin, o poder não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas ele se apresenta dentre todas as categorias engendradas pelos limites de tempo e espaço. Tal livro configura essencialmente uma crítica à Geografia Política clássica: considerando-se apenas o Estado, não se trabalha apenas com um único nível de análise espacial, mesmo que a Geografia Regional francesa tenha mascarado a escala do Estado-nação para avançar a região que, por sua vez, escondia as dimensões políticas. Raffestin defende fortemente a ideia que a política não está apenas situada em única categoria espacial, mas que existem outras formas de poder além, provenientes diretamente do Estado. Durante muito tempo, as dimensões espaciais do poder foram negligenciadas. Os livros de Claval e de Raffestin sobre a noção de poder mostram que existem outras formas de praticar a Geografia Política.

NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMISSÃO DE GEOGRAFIA POLÍTICA DO COMITÉ FRANCÊS DE GEOGRAFIA (1984-1994)

Uma virada na Geografia Política vai ocorrer em 1984 por ocasião do congresso quadrienal da União Geográfica Internacional (UGI), realizada naquele ano em Paris. O Comitê Executivo da UGI decidiu pela criação de uma Comissão de Geografia Política. Sob a pressão de Innokenty Gerasimov (1905-1985), geógrafo soviético influente, que não aceitava o uso do termo

“Geografia Política” em razão de se tratar, segundo ele, de uma pseudo-ciência burguesa, as instancias dirigentes da UGI transformaram o nome da comissão em Comissão Mapa Político do Mundo. Foi só no congresso da UGI de Seul (Coreia do Sul), em 1992, que o grupo criado adotou definitivamente o nome de Comissão de Geografia Política. A UGI, fundada em 1922 por Emmanuel de Martonne, é de certa forma a organização central de todos os comitês nacionais de Geografia no mundo. Entre eles, o Comitê Nacional Francês de Geografia (CNFG) o qual sempre foi institucionalizado e sabe-se do lugar importante que ele ocupa na Sociologia dos geógrafos franceses. Em sua organização interior, ele reproduz mais ou menos a estrutura da UGI em si mesma, a saber: está subdividida em comissões que cobrem a maioria dos campos da disciplina ou, pelo menos, as grandes temáticas que são objeto de pesquisas integradas em um dado período. Com toda a sua lógica, na multidão do Congresso de Paris, o CNFG fundou a Comissão de Geografia Política e Paul Claval tornou-se o presidente por dois mandatos estatutários não renováveis (1984-1992). André-Louis Sanguin lhe sucedeu por dois mandatos (1992-2000). Assim, o renascimento da Geografia Política no seio da Escola Francesa de Geografia se encontrava concretizada e fortalecida pela existência desta nova comissão. Ela pode agir bastante rapidamente como um elemento “federador” para geógrafos espalhados ou isolados que podiam assim se reunir em torno de temas precisos.

De fato, a comissão trabalhou concretamente no surgimento de temáticas novas através de

colóquios internacionais onde a participação de colegas estrangeiros insuflavam uma certa aeração mental, o que favoreceu não somente as abordagens comparatistas, mas também evitou as tendências de um certo franco-centrismo. Assim, uma ou duas vezes por ano, a comissão propôs colóquios internacionais, geralmente bilíngues (francês-inglês). Todos esses colóquios foram seguidos de publicações de anais, seja em forma de livro publicado por um editor, seja, mais recentemente, sob forma de um número temático em uma revista de Geografia.

Uma primeira categoria consistiu em colóquios essencialmente teóricos ou tratando da história da Geografia Política. Assim, em 1988, a Comissão organizou na Sorbonne um colóquio sobre André Siegfried, “a Política e a Geografia”. Nesta ocasião, pode-se ouvir as intervenções de dois de seus discípulos ainda vivos, Jean Gottmann (1915-1994) e François Goguel (1909-1999). Os anais desta reunião tomaram a forma de um número da revista *Études Normandes* (<http://www.normandie.fr/index.php>)

coordenado por François Gay, antigo aluno de Siegfried (GAY, 1989). Em 1989, na Sorbonne também, Paul Claval e Hervé Théry organizaram um colóquio sobre “O Estado e as estratégias do território”. Seus anais surgiram sob o mesmo título e sob forma de uma obra publicada em 1991 (THERY, 1991). Em 1994, ainda na Sorbonne, Claval e Sanguin propuseram um colóquio sobre “Metropolização e política”. A reunião mostrou que existia, dali em diante, um grau suplementar de poder político, a saber, o metro-governo e que este, às vezes, suplanta seu

estado de pertencimento para desenvolver suas próprias relações internacionais. Seus anais surgiram em 1997 sob o mesmo título (CLAVAL & SANGUIN, 1997).

A segunda categoria de colóquios, a majoritária, tentou responder a um objetivo da Comissão: relacionar um campo, um problema ou uma questão atual de Geografia Política com o local de acolhida do colóquio, cujo território constitui em si mesmo um observatório e um laboratório do tema colocado em questão. Por razões de suporte financeiro e porque a realização de tais colóquios internacionais lhes dava uma visibilidade e uma certa legitimidade científica, micro-Estados ou territórios autônomos periféricos da França se propuseram a receber tais reuniões. A Comissão inaugurou esta série de colóquios começando em 1991, em Andorra, discutindo uma questão que era totalmente atual: Culturas e regiões fronteiriças na Europa na aurora do Mercado Comum. Estando situada no coração desta problemática, Andorra acolheu com entusiasmo esta reunião científica, organizada por Sanguin. O micro-Estado dos Pirineus, que se tornaria soberano e independente em 1993, formava um vivo laboratório e um significativo observatório desta questão. Os artigos produzidos foram publicados em 1991 em duas revistas diferentes. As questões gerais e não pirineanas do tema surgiram na *Revue Géographique de l'Est* (<http://rge.revues.org/>) na forma de um número dirigido por Richard Wackermann, enquanto os aspectos pirineanos e andorrenhos surgiram na *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest* em um número coordenado por

Pierre-Yves Pechoux (WACKERMANN, 1991; PÉCHOUX, 1991).

No coração da República Italiana, a Região Autônoma do Vale de Aosta representava uma das cinco regiões autônomas com status especial instituídos pela Constituição de 1948. Povoado por uma população majoritariamente de língua francesa ou de dialeto franco-provençal, abrigando uma pequena comunidade de Walsers de dialeto germânico, ela comprovou uma originalidade étnico-cultural com relação a seus vizinhos que são "O Piemonte e a Lombardia". O governo deste território político tão particular foi um entusiasta da ideia de receber um colóquio internacional sobre as "Minorias étnicas na Europa" que ocorreu em Aosta, no palácio regional em 1992. Este colóquio ocorreu no mesmo ano da criação da "Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias". A União Europeia cresceu e a implosão do comunismo na Europa do leste fez ressurgir estas questões que haviam sido congeladas durante meio século. Sensível a este problema, a Comissão fez dela o objeto do colóquio de Aosta. É preciso dizer, aliás, que esta temática não havia sido abordada até então na Geografia francesa. Os trabalhos apresentados em Aosta foram publicados em 1994 sob a forma de um livro (SANGUIN, 1994). Na seqüência lógica desta temática, o senador Goetschy, defensor da língua e da cultura alsaciana, convidava para Colmar, naquele ano, os especialistas interessados a se debruçar sobre a questão das línguas regionais e das relações transfronteiriças na Europa. Ali, o lugar escolhido (Colmar) servia como uma ilustração in loco destes problemas. Os resultados dos

intercâmbios foram publicados em 1997 sob a forma de uma obra subsequente (GOETSCHY & SANGUIN, 1997).

Em 1993, a Comissão consagrou seu colóquio internacional anual à um outro tema, este também pouco abordado na Geografia francesa, a saber, as redes de diásporas. Fiel a sua lógica de relacionar tema e lugar do colóquio, a comissão escolheu as cidades de Larnaca e Nicósia, no Chipre, como localização representativa pela sua proximidade com os países concernidos pelas diásporas grega, turca, libanesa e judaica. Foi a ocasião para a Comissão fazer homenagem a Jean Gottmann, presente no colóquio, e que desapareceria alguns meses mais tarde, falecendo em 28 de Fevereiro de 1994. As comunicações francesas e estrangeiras foram publicadas em 1996 sob a forma de um livro editado em Paris (PRÉVÉLAKIS, 1996).

INOVAÇÕES CONCEITUAIS E TEMÁTICAS NO CORAÇÃO DA COMISSÃO (1995-2005)

Buscando favorecer os debates sobre temas extra-continentais pouco abordados até então por geógrafos políticos francófonos, a Comissão convidava em 1995 para Minorca (Espanha) os especialistas franceses e estrangeiros para discutir as questões do espaço insular. Viver em uma ilha, uma geopolítica das insularidades, este foi o título do colóquio e do volumoso livro subsequente publicado em 1997 (SANGUIN, 1997). Em Menton e em Mônaco, em 1997, a Comissão passou das ilhas para o Mediterrâneo com o intuito de se debruçar sobre os parâmetros centrais da Geografia Política deste mar com forte carga civilizatória. O entrecruzamento dos pontos de vista entre

geógrafos franceses e geógrafos estrangeiros dá lugar à análises estimulantes, reagrupadas em um livro publicado em 2000 (SANGUIN, 2000). Em 1998, a UGI realizou sua Conferência Regional quadrienal em Lisboa por ocasião do quingentésimo aniversário da abertura da rota do Cabo da Boa Esperança por Vasco da Gama. O Atlântico era então o tema geral desta reunião internacional. A Comissão organizou uma sessão especial intitulada “The End of the High Sea? A Geopolitics of the Atlantic (Maritime Boundaries, Conflicts and Cooperations)”. O Atlântico foi então abordado em sua totalidade com um equilíbrio entre o Atlântico-norte e o Atlântico-sul, enquanto que geógrafos africanos, sul-americanos e norte-americanos traziam colaborações independentes, mas complementares sobre a Geografia Política deste oceano. No mesmo ano, as comunicações apresentadas nesta sessão especial foram objeto de um número completo da revista *Norois* (<http://norois.revues.org/>) sob o título “O Atlântico e os geógrafos” (SANGUIN, 1998a).

Com a chegada dos anos 2000, os trabalhos e pesquisas da Comissão mudaram de trajetória, pois eventos maiores surgidos no mapa político da Europa justificaram as análises e os diagnósticos efetuados por geógrafos políticos de língua francesa. Entre os quais inicialmente está a implantação do Espaço Schengen e o alargamento a leste da União Europeia. Com efeito, estes dois processos espaço-políticos conduziram a uma séria recomposição territorial da União Europeia. Isso justificou a organização pela Comissão de um colóquio internacional que ocorreu em Metz e em Schengen em 2002 com o título “Entre o Espaço

Schengen e o alargamento a leste: as recomposições territoriais da União Europeia”. Em Schengen foi destacado o 17º aniversário da assinatura dos Acordos de Schengen transformando a União Europeia em um território político sem fronteiras internacionais. O interesse desta reunião provinha também do fato que ela antecedia em dois anos a ampliação de 2004. Muitos dos participantes vieram de países da Europa do leste, interessados ao mesmo tempo pela descoberta de Schengen em Luxemburgo, mas também pelas discussões levantadas pelo alargamento da União Europeia. No mesmo ano, os atos deste colóquio foram publicados sob a forma de um volumoso número da revista *Moselle* (GAUNARD-ANDERSON & SANGUIN, 2000).

O ano 2001 marcava o 10º aniversário do desaparecimento da União Soviética e das democracias populares na Europa do leste. Uma questão central se colocava: a herança soviética nos Países da Europa Central e Oriental (PECO) e na Comunidade de Estados Independentes (CEI) seria um freio ou um motor das evoluções e mutações observáveis nestes dois grupos de países? Este foi, inclusive, o título de um colóquio organizado na Sorbonne pela Comissão em 2001. Os anais foram publicados três anos mais tarde sob o título “A Europa do leste quinze anos após a queda do muro. Dos países bálticos a ex - Iugoslávia” (RICHARD & SANGUIN, 2004). A maior parte da década de 1990 havia visto se desenrolar as guerras pós-iugoslavas (Guerra da Croácia, Guerra da Bósnia, Guerra do Kosovo). Para todas estas gerações de geógrafos franceses que não haviam conhecido a Segunda Guerra mundial, era a

primeira confrontação com uma geografia da guerra e da paz sobre o solo europeu. Alguns raros membros da Comissão de Geografia Política haviam investido em pesquisas de campo e chegado a fazer publicações sobre os países da ex-Iugoslávia (principalmente a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia e Montenegro). Daí a urgência de traçar um estado da questão surgido por ocasião do 10º aniversário da assinatura dos Acordos de Paz de Dayton. Foi assim que a Comissão organizou um colóquio internacional em 2005, na Sorbonne, articulado em torno do tema “A ex-Iugoslávia dez anos após Dayton. Novos Estados entre esfacelamento comunitário e integração europeia”. Ele deu origem à publicação de um livro (SANGUIN, CATTARUZZA & CHAVENEAU, 2005). Este foi apresentado em Sarajevo no fim de novembro de 2005 por ocasião de uma cerimônia oficial que marcava o 10º aniversário dos Acordos de Dayton e destacava um antigo alto representante (Wolfgang Petritsch) e um alto representante do momento (Paddy Ashdown), espécie de pro-Consul ONU/OTAN dotado de plenos poderes na Bósnia e tendo autoridade em todos os níveis de governo bósnios.

UM RAMO DA GEOGRAFIA DORAVANTE INSTITUCIONALIZADO

Os geógrafos franceses participaram ativamente das mudanças conceituais e das inovações temáticas durante o período 1990-2012. Lévy e seus colegas renovaram a Geografia Política “à francesa” ao introduzir outros tipos de análise além daqueles praticados nos países anglo-saxões. A abordagem de Lévy

tentou evitar os “artesanatos teóricos” e propôs uma Geografia Política fundada sobre um modo de emprego dos espaços mundo articulado em quatro componentes: o mundo político é um conjunto de mundos, um campo de forças, uma rede hierarquizada e uma sociedade. Nós observamos um triplo conjunto na dinâmica dos princípios de organização política: do local para o mundial, do predador para o produtivo, do social para o societal (DURAND; LÉVY & RETAILLÉ, 1992; LÉVY, 1991, 1994). Após uma década sem nenhum manual de Geografia Política publicado em atenção aos estudantes de Licenciatura, Richard Kleinschmager propôs seus “Elementos da Geografia Política” no início da década de 1990 (KLEINSCHMAGER, 1993).

O enfoque de Stéphane Rosière foi inédito: ele estabeleceu uma gramática do Espaço Político. O vocabulário utilizado em frações pela sua novidade se difere das expressões anglo-saxônicas. Essa gramática coloca ênfase sobre as visões contraditórias e o emaranhado de definições da Geografia Política. Rosière apresenta propostas claras quanto a uma distinção operatória entre Geografia Política e Geopolítica. A novidade provém também do fato que essa Geografia Política “à francesa” introduz conceitos novos como aqueles de *pavage*, de *díade*, de índice de litoralidade, de postura territorial, de fissão, todas elas noções desconhecidas na geografia política anglo-saxônica (ROSIÈRE, 2003). Assim, a noção de *pavage*¹ designa uma superfície constituída de blocos diferenciados, ela se distingue da noção de malha que define uma trama formada de linhas. A *pavage* faz mais referência aos territórios, enquanto a malha está, sobretudo,

ligada às fronteiras. A *pavage* política mundial é formada por todos os Estados soberanos do planeta, mas também pelos territórios infra-estatais (subdivisões administrativas) que se inserem nesse quadro inicial. As ONGs formam uma pavimentação mais recente, mas de importância crescente enquanto elementos constitutivos do espaço político.

Esse esforço de inovação é ampliado pelo Dicionário do Espaço Político, lançado primeiramente nos países francófonos, onde Rosière e seus colaboradores especificam cerca de 500 palavras e os conceitos referentes à relação política-espaço (ROSIÈRE *et al.*, 2008). Fundada em 2007 por Rosière e alguns jovens geógrafos políticos franceses, a revista *l'Espace Politique* (<http://espacepolitique.revues.org/>) é uma revista eletrônica de livre acesso. Ela tem como objetivo facilitar a compreensão do espaço político ao apresentar os modelos políticos e as ferramentas conceituais aplicadas a todas as escalas (da mundial à local), mas também a temas relevantes em relação à atualidade ou à evolução da Geografia Política. Ferramenta de difusão da pesquisa francesa e francófona, *L'Espace Politique* é publicada também em inglês. A gratuidade da revista contribui para o aumento da influência dos pesquisadores francófonos, mas também à consolidação da Geografia Política no campo acadêmico. Após mais de seis anos de funcionamento, um outro mérito da revista foi permitir aos estudantes e pesquisadores do Magreb e da África francófona, que não podem comprar livros ou revistas e cujas universidades possuem bibliotecas pequenas, aceder à modernidade da

Geografia Política através dessa publicação eletrônica gratuita na internet.

Tomando em conta as evoluções recentes da Geografia Política, Rosière destaca a importância dos novos territórios sócio-culturais em relação aos territórios infra e supra-estatais. Ele valoriza também a importância dos polos espirituais e simbólicos além dos capitais espirituais e políticos. Ele atribuiu os desenvolvimentos significativos ao Estado, visto como símbolo, como riqueza e como elemento de segurança (ROSIÈRE, 2003). Pensar o espaço político é uma necessidade tanto para os poderes públicos como para os atores sociais. As dimensões políticas do espaço são analisadas e percebidas em função de elementos que variam segundo os atores, os lugares e as épocas. No livro *Penser l'espace politique* (Pensar o espaço político) Rosière demonstra que, por trás da influência da revolução quantitativa, do marxismo e do pós-modernismo, a Geografia Política atravessou dois paradigmas (aquele do território e depois aquele da rede) e que ela é confrontada hoje ao novo paradigma do *labirinto*, a saber o espaço dividido entre o real e o virtual, entre o concreto e o cibernético, posterior à revolução da Internet (ROSIÈRE, 2009).

Em sua obra *Territorialités et politique* (Territorialidades e política) é também o que destaca Christian Vandermotten, em um registro bastante semelhante. Existem relações com outros níveis de poder que aquele do Estado central. Em particular, importa hoje se concentrar sobre as relações entre o poder e as sociedades civis. Acrescentam-se ainda as relações entre o poder e os atores econômicos

supranacionais ou os líderes das zonas cinzentas do não-direito estatal. Para Vandermotten, é preciso, mais do que nunca, multiplicar as escalas de análise e demonstrar as interligações (VANDERMOTTEN, 2005).

Após 1945, a Geografia Eleitoral estava desaparecida da obra de André Siegfried e de seu discípulo, o politólogo François Goguel (1909-1999) que, de forma contínua, desenvolve e transforma a herança do mestre através da análise da surpreendente disponibilidade dos departamentos ou cidades. Sua Geografia das eleições francesas sobre a Terceira e a Quarta Repúblicas (1970) representa a melhor ilustração. Até os anos 1980, os geógrafos franceses não haviam investido mais na Geografia Eleitoral. Essa situação passou a pertencer ao passado com os trabalhos inovadores propostos por Michel Bussi e Dominique Badariotti, que abrem uma nova alternativa promissora à Geografia Política Francesa (BUSSI, 1998; 2007a; 2007b; BUSSI & BADARIOTTI, 2004).

Concluindo vinte anos (1990-2010) de mudanças conceituais e de inovações teóricas na Geografia Política de língua francesa, Claval observou que a descolonização e a multiplicação de novos Estados não transformaram o espaço internacional em um fórum onde todos os membros desfrutassem dos mesmos direitos e da mesma consideração. O Estado se transformou em braço secular das novas organizações internacionais. A sociedade civil se vinga do Estado, especialmente por que ele possui uma consciência aguda de preservar os bens públicos comuns à humanidade: os direitos da pessoa humana, o patrimônio

cultural global, o meio ambiente. A desgraça das ideologias de progresso e a ascensão daquelas do inconsciente individual, cultural ou material podem servir de garantia para todos os tipos de conflitos. A implosão do comunismo foi acompanhada pelo fim das filosofias da história, da ascensão dos nacionalismos exacerbados, do retorno do religioso e do sucesso dos fundamentalismos. Nós procuramos mais autenticidade das culturas populares que o intelectualismo frio das teorias da nação. As grandes organizações estatais são desafiadas por grandes setores da população (CLAVAL, 2010).

UM CAMINHO PARALELO E INDEPENDENTE: *HÉRODOTE* E A GEOPOLÍTICA “À FRANCESA”

No momento dos eventos de maio de 1968, a Geografia francesa era uma das mais convencionais no mundo (tom majoritariamente descritivo e prioridade dada à escala regional). As razões dessa situação surpreendente foram explicadas e dissecadas a fundo durante a década de 1990 (SANGUIN, 1996). Os líderes do *establishment*, boa parte comunistas ou marxistas, se apropriaram muito bem do possibilismo vidaliano, bastante compatível com a abordagem do voluntarismo marxista-leninista tal como praticado na União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS). De sua parte, os jovens geógrafos de esquerda estavam longe de estar na linha de frente de uma pesquisa de ponta, baseados sobre novos paradigmas. Após 1968, enquanto a maioria dos geógrafos permaneceu cientificamente conservadora, algumas minorias ativas

tentaram mudar as coisas buscando uma modernidade na sua disciplina. Entre 1972 e 1984, Roger Brunet implementou pouco a pouco a coremática e os mais ativistas se voltaram para essa abordagem que buscava respaldar a análise de situações geográficas no desenvolvimento da nova Geografia e do sistemismo. Criado por Brunet, o quadro de coremas propunha uma porta de entrada de situações geográficas no mundo conforme 28 cenários físicos ou humanos abrangendo campos de todos os espaços possíveis e imagináveis da superfície do globo. Na realidade, o quadro de coremas reunia em um conjunto funcional os modelos discrepantes que foram desenvolvidos ao fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 pelos grandes nomes da Geografia teórica e quantitativa (Ronald Abler, Brian Berry, William Bunge, Richard Chorley, Reginald Golledge, Michael Goodchild, Peter Gould, Tornsten Hägerstrand, Peter Haggett, David Harvey...).

No entanto, para muitos dos geógrafos franceses que relutaram a se engajar na revolução teórica e quantitativa ou mesmo não tinham conhecimento da sua existência, a criação da revista *Hérodote* e a publicação do livro-manifesto *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra) fizeram com que Yves Lacoste surgisse como um iconoclasta heróico e radical (LACOSTE, 1976). Para essa Geopolítica que desembarcou novamente na paisagem acadêmica, não houve necessidade de desenvolver afirmações genéricas sobre a natureza da Geografia, pois era melhor se analisar os contextos geográficos a se examinar

as regularidades científicas (GIROT & KAUFMAN, 1985). Lacoste especificou bem sua definição de Geopolítica: a Geopolítica não é uma ciência que tenha vocação para estabelecer leis, ela é um saber científico que combina as ferramentas de conhecimento produzidas por diversas ciências em função de suas preocupações específicas (SANGUIN, 1983c).

A revista *Hérodote* e a Geopolítica lacostiana constituíram um caminho paralelo e independente sem verdadeiras ligações concretas com a Geografia Política que se construíram e se estruturaram em torno das atividades da Comissão homônima no seio do CNFG, inclusive através de seminários, ações e publicações anteriormente mencionados. É importante, por outro lado, notar que a expressão Geografia Política não está presente e nunca foi utilizada na terminologia lacostiana. Após 37 anos de existência, a revista *Hérodote* ultrapassou o número 145. Ela sempre funcionou por edições temáticas, cada uma delas analisando problemas geopolíticos de uma área particular, com um enfoque por muito tempo direcionado ao Terceiro Mundo (LACOSTE, 2006). Ao fazermos um balanço global desses 145 números, notamos que a revista evitou ou deu pouca atenção à América do Norte, à Austrália, à Nova Zelândia ou ainda à União Europeia como construção política de um tipo inédito. Ela pouco ou nada abordou os grandes oceanos do planeta e as questões capitais que afetam o Ártico e a Antártica. Ela ignorou o espaço aéreo e cósmico. Ela não se debruçou sobre a ascensão dos BRICS e ela quase ignorou a globalização e o ciberespaço. *Hérodote* demonstrou ainda um forte interesse

pelos problemas políticos interiores das nações e pelos estudos eleitorais: assim, a Geopolítica das regiões francesas foi um empreendimento coletivo vasto, bem recebido pela opinião pública francesa (LACOSTE, 1986). Em outras palavras, essa Geopolítica buscou, principalmente, problematizar o Estado-nação e as questões ligadas aos nacionalismos (LACOSTE, 1994, 1998).

Devido a afinidades culturais, lingüísticas e políticas com a Itália, a Espanha e os países latino-americanos, a Geopolítica lacostiana foi rapidamente conhecida e traduzida. Na Itália, ela esteve por trás da criação da revista *Erodoto Italia* (1978-1984) substituída em 1993 pela *Limes, Rivista Italiana di Geopolitica* cuja tiragem e distribuição, porém, são diferentes. No entanto, é preciso destacar um paradoxo surpreendente. Enquanto pensadores franceses como Foucault, Derrida, Baudrillard, Kristeva, Lefebvre ou Deleuze inspiraram fortemente os geopolíticos anglo-saxões e ainda são constantemente citados, *Hérodote* não tem nenhuma influência sobre os geógrafos anglófonos e as relações da revista com esses últimos seguem inexistentes. Existe talvez uma explicação para essa situação: o superdimensionamento do papel dos fatores políticos, evidentes na revista *Hérodote*, teve como efeito a negligência dos fatores sociais, econômicos e culturais observáveis nos mundos não francófonos do planeta (CLAVAL, 2000). Conseqüentemente, *Hérodote* e a Geopolítica lacostiana permanecem enigmáticas para a maioria dos geógrafos anglófonos, a tal ponto que a revista nunca é referenciada nas fontes bibliográficas anglo-saxônicas. Como podemos explicar essa situação? A primeira razão se deve

ao fato que a abordagem lacostiana aparece, aos olhos dos anglófonos, como regional, literária, cientificamente conservadora, sem conteúdo teórico e orientada para os estudos de caso empíricos. O livro *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* nunca foi traduzido para o inglês. A segunda razão se deve ao fato que a revista *Hérodote* e a Geopolítica lacostiana são essencialmente incorporadas no mundo francófono e, sobretudo, nos debates internos da Geografia francesa. Assim, os debates intelectuais muito duros que ocorreram entre Lacoste e Jacques Lévy sobre o marxismo, entre Lacoste e Roger Brunet sobre a *coremática*, ou ainda entre Lacoste e Claude Raffestin sobre a Geopolítica alemã permanecem debates *franco-franceses*, passados totalmente despercebidos no exterior. Além disso, de acordo com Hepple, a Geopolítica lacostiana ignorou as dúvidas geradas acerca da objetividade científica pelos pensadores pós-estruturalistas e pós-modernistas (HEPPLE, 2000).

A fim de atingir um público mais amplo de professores de faculdades e de escolas, de cidadãos comprometidos e de atores políticos, a Geopolítica lacostiana pôs de lado completamente as questões metodológicas, as teorias e os modelos. Isso limitou severamente seu potencial e, na realidade, também sua fraqueza, quando a comparamos às geopolíticas anglo-saxônicas (HEPPLE, 2000). Hoje, os 145 números acumulados da revista *Hérodote* tornam-na uma maravilhosa *Nouvelle Géographie Universelle* versão final século do XX-início do século XXI nos passos de um grande homem da Geografia que foi Elisée Reclus (1830-1905). No entanto, essa Geopolítica

concedeu pouca atenção às análises geoestratégicas e geoeconômicas da globalização na medida em que ela sempre favoreceu a escala do Estado-nação. Por conseguinte nós compreendemos melhor porque ela rejeita o tema do declínio do Estado-nação quando outros geopolíticos radicais e críticos percebem o Estado-nação como politicamente regressivo (GIROT & KAUFMAN, 1985; HEPPLÉ, 2000). É por todas essas razões que a crítica anglo-saxônica a percebe como uma ciência nacionalista francesa, na medida em que a *Hérodote* considera o nacionalismo como a melhor expressão política de muitos dos grupos humanos no mundo (LACOSTE, 1998).

Muito provavelmente, uma análise crítica mais fundamental da abordagem lacostiana e de seu confinamento atual em uma capela fechada se faz necessária. Quais eram as condições institucionais e políticas nas quais ela surgiu? Como é que ela foi capaz de esculpir um sucesso midiático apesar de sua fraqueza epistemológica? A revista *Hérodote* era aberta o suficiente a outras correntes da Geopolítica? Os temas pouco ou nada abordados pela *Hérodote* são voluntários ou reportam a uma escolha e a uma política deliberadas? Todas essas questões capitais merecem, por si só, um outro artigo escrito por um outro autor.

Resumindo trinta anos de reflexão sobre estas questões em uma síntese expandida, Claval demonstra que a Geopolítica tarda a se formalizar e permanece freqüentemente como uma disciplina da incerteza. A Geopolítica se diferencia do resto da praxeologia porque ela é

uma abordagem da ação situada e localizada (CLAVAL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o balanço de trinta anos de existência da Comissão de Geografia Política é uma tarefa árdua! A Geografia Política se tornou um ramo vibrante no seio da ciência geográfica francesa. Seu desenvolvimento deixou registros bem marcados pelos trabalhos e publicações da Comissão. Uma primeira categoria está em sintonia com as mudanças político-territoriais que afetam o planeta: o *glocal*, a espacialidade da política, a desterritorialização, o terrorismo internacional, a governança, a dominação, a resistência, os conflitos territoriais, a cidadania, o espaço feminista. Uma segunda categoria se concentra mais na evolução e na epistemologia da Geografia Política: retorno aos conceitos de base, abordagens críticas e teóricas, quadro multiescalar, etc.

Alguns grandes temas aparecem como os principais campos de investigação da Geografia Política francesa pós-2000. A geografia da paz e da guerra é um desses grandes temas. A relevância dos fatores geográficos nos estudos de guerra e paz faz sentido. Vários geógrafos franceses começaram a publicar sobre esse tema, incluindo a limpeza étnica, na qual Rosière teorizou o conceito e propôs uma tipologia (ROSIÈRE, 2006). O cerco de Sarajevo (1992-1996) e o massacre de Srebrenica (julho de 1995) têm sido objeto de análises detalhadas, examinadas *in loco* (SANGUIN, 1998a, 1998b).

As perspectivas feministas em Geografia Política fazem parte dos novos campos explorados. A questão colocada pelos

praticantes desse ramo da Geografia é a seguinte: em que as perspectivas feministas em Geografia Política contribuem a uma compreensão melhor e mais rica dos processos, das atividades e dos comportamentos políticos no espaço? Contrariamente a abordagem tradicional em Geografia Política, a perspectiva feminista abole a diferença e o limite entre espaço público e espaço privado. Ela denuncia o fato de que a Geografia Política acadêmica é uma disciplina masculinizada e acredita que a escala micro não tem que ser negligenciada em favor da escala macro. Para os geógrafos feministas, a escala fundamental de análise e investigação é a escala local (BLIDON & ROUX, 2011). Essa Geografia Política particular se diferencia também pelo fato que ela forja uma práxis na qual a teoria, a pesquisa e a prática estão ligadas. Esse é o mesmo princípio da pesquisa-ação que foi definido por Kurt Lewin (1890-1947).

Em torno da Comissão e da revista *L'Espace Politique*, os geógrafos franceses se interrogam sobre a pertinência da idéia do fim dos territórios. Na verdade, o discurso sobre a desterritorialização e o mundo sem fronteiras são, na maioria dos casos, discursos da elite financeira do planeta (especuladores de fundos de retorno absoluto, administradores de fundos de pensão e de seguros). Os defensores deste discurso sobre o fim da Geografia são deterministas tecnológicos, uma vez que aquilo que eles denominam como fim da Geografia significa, na verdade, a informatização das finanças globais (NIXON & KOUTRAKOU, 2007). No lugar de uma desterritorialização, será que não estamos assistindo a uma

reterritorialização por rearranjo, reestruturação entre territórios, tecnologias, Estados e mercados em uma outra escala? Por isso, é necessário substituir a desterritorialização perante três simples perguntas: 1) a quem a desterritorialização beneficia?; 2) que classe social faz a promoção do discurso de um mundo sem fronteiras?; 3) para quem é esse mundo sem fronteiras? As respostas a essas questões permitirão reavaliar essa retórica e essas metáforas. Os pesquisadores da Comissão de Geografia Política deverão se enveredar por este novo caminho.

Os geógrafos têm investido pouco na Geografia Política do ciberespaço (KITCHIN, 1998; BRUNN, 2000). A ênfase tem sido dada em aspectos de mapeamento desta nova categoria de espaço na história da humanidade sobre os aspectos cartográficos e essa abordagem se restringe aos geógrafos anlo-americanos (DODGE & KITCHIN, 2001; CRAMPTON, 2004). O ciberespaço é uma outra Geografia Política, aquela de um espaço imaterial tipo heterotópico (um lugar outro). Os fenômenos de localização não são pensados como no espaço geográfico histórico material. Lugares ciberespaciais estão associados com endereços. Estes endereços remetem a outros endereços na rede, que, por sua vez remetem ao infinito. O ciberespaço é um espaço geométrico, limpo, transcendente e radiante, nas palavras de Antonio Casilli. O ciberespaço também é um espaço psicológico, uma espécie de laboratório de identidades individuais que são construídas e reconstruídas lá (CASILLI, 2010). Certamente, a Comissão de Geografia Política da CNFG e os pesquisadores que trabalham nela irão adquirir

experiência, especialização e liderança, investindo pesadamente nesta nova área, que é extremamente promissora.

É possível desenhar o futuro da Geografia Política na França? Ela é uma criatura muito mais expansiva hoje do que era há trinta anos. O perigo é que ela se desvaloriza por sua própria ubiquidade. Sua missão é mostrar a importância da espacialidade a todos os tipos e para todos os níveis de governo. Uma coisa é certa: a essência da Geografia Política é consubstancial à fluidez histórica. Podemos considerar três possíveis caminhos para o seu futuro: concentração, expansão e compromisso. O primeiro caminho é a concentração: isso significa que a Geografia Política se reconcentraria em conceitos-chave, como o Estado, por exemplo. O segundo caminho consiste em uma expansão: isso significa que a Geografia Política migraria para outras áreas da ciência geográfica. Por fim, um terceiro caminho é o compromisso, que consistiria em desenvolver novas conexões intelectuais com áreas como os estudos sobre conflitos internacionais, os estudos sócio-jurídicos, a Ecologia Política, as perspectivas feministas, ou ainda a Teoria Política.

Nos anos 1990, ocorreram muitos debates acerca da teoria do fim da história de Francis Fukuyama e sobre aquela do choque de civilizações de Samuel Huntington (1927-2008). Em ambos os casos, a espacialidade esteve relativamente ausente da argumentação. Uma terceira teoria menos divulgada defendia o fim da Geografia e o aparecimento de um mundo plano. Os geógrafos franceses ignoraram completamente o debate que teve lugar durante a primeira metade da década de

2000. O'Brien anunciou que a integração global das finanças fez soar o fim da Geografia. Ele foi seguido por Michael Greig que acreditava que o fim da Geografia deveu-se à padronização da cultura e das comunicações no sistema internacional.

Um pouco mais tarde, Friedman argumentou que o mundo era plano, devido a uma globalização geral, inexorável e invasiva (O'BRIEN, 1992; GREIG, 2002; FRIEDMAN, 2005). Em primeiro lugar, deve-se notar que estes três teóricos não são geógrafos! Em segundo lugar, essas teorias são baseadas unicamente em questões de finanças internacionais, de comunicações informatizadas e cultura da Internet. Em terceiro lugar, as escalas local e regional parecem ter sido ignoradas, apesar de duas realidades extremamente atuais e presentes, que são a distância e a não onipresença da pessoa humana (MORGAN, 2004).

Em última análise, o fim da Geografia não é para amanhã. O mundo não é plano, pois conserva seu ingrediente central, ou seja, o poder do lugar. Em seus lugares a Geografia continua a ter bilhões de homens e mulheres em uma pegada implacável.

A Geografia Política tem bons dias pela frente, pois os diferentes estratos das sociedades humanas, em qualquer nível que seja, nunca vão ter as mesmas necessidades ou os mesmos objetivos para um mesmo território político considerado. Isso sempre irá resultar em conflitos de uso e de interesse para um mesmo lugar que, a fim de permanecer dentro da ordem pacífica e democrática, acabará contribuindo com a Geografia Política.

NOTAS

ⁱ Uma primeira versão deste texto foi lida e avaliada por Luca Muscarà, professor na l'Università degli studi del Molise (Isernia, Itália) e especialista renomado de História da Geografia Política. Aqui neste trabalho sinceramente agradecido. Um agradecimento especial ao Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho e para Nátalia Cruz de Mendonça pela tradução Francês-Português deste texto.

ⁱⁱ Ensinou Geografia Política na Universidade de Québec, Canadá (1970 a 1983) e nas Universidades francesas de Angers (1986 a 1998) e Paris IV-Sorbonne (1998 a 2008) até se aposentar.

E-mail: al.sanguin@orange.fr

¹ Em sentido literal *pavage* significa pavimentação, no entanto, no texto original é usado como metáfora para designar os Estados.

REFERÊNCIAS

BATAILLON, C., (2006), « Six géographes en quête d'engagement : du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une génération », *Cybergeo : European Journal of Geography* (<http://cybergeo.revues.org/1739>).

BATAILLON, C., (2009), *Géographes Génération 1930*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

BLIDON, M., & S. ROUX (coord.), (2011), « Géopolitique du sexe », *L'Espace Politique*, vol. 12, n.º 1.

BRUNN, S., (2000), « Towards an Understanding of the Geopolitics of Cyberspace: Learning, Re-Learning and Un-Learning », *Geopolitics*, vol. 5, n.º 3, pp. 144-149.

- BUSSI, M., (1998), *Eléments de géographie électorale*, Mont-Saint-Aignan, Presses de l'Université de Rouen.
- BUSSI, M., (2007a), « Pour une géographie de la démocratie », *L'Espace Politique* (<http://espacepolitique.revues.org/index243.html>).
- BUSSI, M., (2007b), « Repenser les territoires ensemble : une inflexion paradigmatique pour La géographie politique ? », *L'Espace Politique* (<http://espacepolitique.revues.org/index648.html>).
- BUSSI, M., & D. BADARIOTTI, (2004), *Pour une nouvelle géographie du politique: Territoire-Election-Démocratie*, Paris, Editions Economica/Anthropos.
- CASILLI, A., (2010), *Les liaisons numériques. Vers une nouvelle sociabilité ?*, Paris, Le Seuil.
- CLAVAL, P., (1978), *Espace et pouvoir*, Paris, Presses Universitaires de France.
- CLAVAL, P., (2000), « Hérodote and the French Left », in DODDS, K. & D. ATKINSON, *Geopolitical Traditions, A Century of Geopolitical Thought*, London, Routledge, pp. 239-267.
- CLAVAL, P., (2003), « Le marxisme en arrière-plan », *Géocarrefour*, vol. 78, n° 1, pp. 43-53.
- CLAVAL, P., (2010), *Les espaces de la politique*, Paris, Editions Armand Colin.
- CLAVAL, P., & A.-L. SANGUIN, (1997), *Métropolisation et politique*, Paris, Editions L'Harmattan.
- CRAMPTON, J., (2004), *The Political Mapping of Cyberspace*, Chicago, The University of Chicago Press.
- DEMANGEON, A., (1932), « Géographie politique », *Annales de Géographie*, vol. 41, n° 229, pp. 22-31.
- DEMANGEON, A., (1939), « Géographie politique à propos de l'Allemagne », *Annales de Géographie*, vol. 48, n° 272, pp. 113-119.
- DODGE, M., & R. KITCHIN, (2001), *Atlas of Cyberspace*, London, Addison Wesley.
- DURAND, M.-F., LEVY, J., & D. RETAILLE, (1992), *Le monde, espaces et systèmes*, Paris, Presses de Sciences Po.
- FEBVRE, L. (1922), *La terre et l'évolution humaine*, Paris, La Renaissance du Livre.
- FRIEDMAN, T. (2005), *The World is Flat: A Brief History of the Globalized World in the Twentieth-First Century*, New York, Farrar, Strauss & Giroux.
- GAY, F. (coord.), (1989), « André Siegfried, la politique et la géographie », *Etudes Normandes*, vol. 38, n° 2, pp. 3-136.
- GAUNARD-ANDERSON, M.-F. & A.L. SANGUIN, (coord.), (2002), « Entre Espace Schengen et élargissement à l'Est, les recompositions territoriales de l'Union Européenne », *Mosella*, n° 3-4, pp. 2-356.
- GIROT, P., & E. KAUFMAN, (1985), *International Geopolitical Analysis. A Selection from Hérodote*, London, Croom Helm.
- GOETSCHY, H., & A.L. SANGUIN, (1997), *Langues régionales et relations transfrontalières en Europe*, Paris, Editions L'Harmattan.
- GREIG, J. M., (2002), « The End of Geography? Globalization, Communication and Culture in the International System », *Journal of Conflict Resolution*, vol. 46, n° 2, pp. 225-243.
- HEPPLE, L., (2000), « Géopolitiques de Gauche : Yves Lacoste, Hérodote and French Radical Geopolitics », in DODDS, K. & D. ATKINSON, *Geopolitical Traditions, A Century of Geopolitical Thought*, London, Routledge, pp. 268-301.
- KITCHIN, R., (1998), « Towards Geographies of Cyberspace », *Progress in Human Geography*, vol. 22, n° 3, pp. 385-406.
- KLEINSCHMAGER, R., (1993), *Eléments de géographie politique*, Strasbourg, Presses Universitaires de Strasbourg.
- LACOSTE, Y., (1976), *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, Paris, Editions Maspéro.
- LACOSTE, Y., (1986), *Géopolitique des régions françaises*, Paris, Fayard.

- LACOSTE, Y., (1994), *Dictionnaire géopolitique des Etats*, Paris, Flammarion.
- LACOSTE, Y., (1998), *Vive la Nation ! Destin d'une idée géopolitique*, Paris, Fayard.
- LACOSTE, Y., (2006), *Géopolitique de la Méditerranée*, Paris, Editions Armand Colin.
- LEVY, J., (1991), *Géographie du politique*, Paris, Presses de Sciences Po.
- LEVY, J., (1994), *L'espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique*, Paris, Presses de Sciences Po.
- MORGAN, K., (2004), « The Exaggerated Death of Geography: Learning, Proximity and Territorial Innovation Systems », *Journal of Economic Geography*, vol. 4, n° 1, pp. 3-21.
- NIXON, P., & V. KOUTRAKOU, (2007), *E-Government in Europe: Rebooting the State*, London, Routledge.
- O'BRIEN, R., (1992), *Global Financial Integration: The End of Geography*, New York, Council on Foreign Relations Press.
- PAILHE, J., (1981), « Pierre George, la géographie et le marxisme », *Espaces Temps*, n° 18-19-20, pp. 19-29.
- PAILHE, J., (2003), « Références marxistes, empreintes marxistes, géographie française », *Géocarrefour*, vol. 78, n° 3, pp. 55-60.
- PECHOUX, P.-Y., (coord.) (1991), « Andorre », *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, vol. 62, n° 2, pp. 115-225.
- PECHOUX, P.-Y. & M. SIVIGNON, (1996), « Jacques Ancel, géographe entre deux guerres », in CLAVAL, P. & A.-L. SANGUIN, *L'époque classique de la géographie française (1918-1968)*, Paris, L'Harmattan, pp. 215-228.
- PREVELAKIS, G., (1996), *Les réseaux des diasporas*, Paris, L'Harmattan.
- RAFFESTIN, C., (1980), *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Editions Litec.
- RAFFESTIN, C., & P. GUICHONNET, (1974), *Géographie des frontières*, Paris, Presses Universitaires de France.
- RAFFESTIN, C., HUSSY, J. & P. GUICHONNET, (1975), *Frontières et sociétés. Le cas franco-genevois*, Lausanne, L'Age d'Homme.
- RAFFESTIN, C., & M. BRESSO, (1979), *Travail, espace, pouvoir*, Lausanne, Editions L'Age d'Homme.
- RICHARD, Y., & A.-L. SANGUIN, (2004), *L'Europe de l'Est quinze ans après la chute du Mur. Des pays baltes à l'ex-Yougoslavie*, Paris, Editions L'Harmattan.
- ROSIERE, S., (2003), *Géographie politique et géopolitique. Une grammaire de l'espace politique*, Paris, Editions Ellipses.
- ROSIERE, S., (2006), *Le nettoyage ethnique. Terreur et peuplement*, Paris, Editions Ellipses.
- ROSIERE, S., et alii (dir.), (2008), *Dictionnaire de l'espace politique*, Paris, Editions Armand Colin.
- ROSIERE, S., et alii (dir.), (2009), *Penser l'espace politique*, Paris, Ellipses.
- SANGUIN, A.-L., (1977), *La géographie politique*, Paris, Presses Universitaires de France.
- SANGUIN, A.-L., (1983a), *La Suisse, essai de géographie politique*, Gap, Editions Ophrys.
- SANGUIN, A.-L., (1983b), « Whither the Geography of Power among French Geographers ? », *Political Geography Quarterly*, vol. 2, n° 4, pp. 319-327.
- SANGUIN, A.-L., (1983c), « A propos de la seconde édition de La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre », *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 27, n° 72, pp. 467-474.
- SANGUIN, A.-L., (1985), « La géographie politique et son héritage français », *Revue Belge de Géographie*, vol. 109, n° 2, pp. 33-57.
- SANGUIN, A.-L., (1994), *Les minorités ethniques en Europe*, Paris, Editions L'Harmattan.
- SANGUIN, A.-L., (1996), « La migration d'un champ scientifique : la géographie française entre Le début et la fin du XXème siècle », in CLAVAL, P. & A.-L. SANGUIN, *L'époque classique de la géographie française (1918-1968)*, Paris, Editions L'Harmattan, pp. 331-345.

SANGUIN, A.-L., (1997), *Vivre dans une île, une géopolitique des insularités*, Paris, Editions L'Harmattan.

WACKERMANN, G., (coord.) (1991), « Cultures et espaces transfrontaliers », *Revue Géographique de l'Est*, vol. 31, n° 2, pp. 83-172.

SANGUIN, A.-L., (1998a) (coord.), « L'Atlantique et les géographes », *Norois*, vol. 45, n° 180, pp. 569-753.

SANGUIN, A.-L., (1998b), « Sarajevo avant et après le siège, les mutations culturelles d'une capital pluriethnique », *Géographie et Cultures*, n° 27, pp. 41-62.

SANGUIN, A.-L., (1998c), « Retour à Srebrenica (Bosnie), notes de terrain à propos d'un nettoyage ethnique devenu génocide culturel », *Géographie et Cultures*, n° 27, pp. 63-78.

SANGUIN, A.-L., (2000), *Mare Nostrum, dynamiques et mutations géopolitiques de la Méditerranée*, Paris, Editions L'Harmattan.

SANGUIN, A.-L., (2010), *André Siegfried, un visionnaire humaniste entre géographie et politique*, Paris, Editions L'Harmattan.

SANGUIN, A.-L., CATTARUZZA, A. & E. CHAVENEAU (2005), *L'ex-Yougoslavie dix ans après Dayton. De nouveaux Etats entre déchirements communautaires et intégration européenne*, Paris, Editions L'Harmattan.

SPECKLIN, R., (1979), « Jacques Ancel », *Geographers : Biobibliographical Studies*, vol. 3, pp. 1-6.

THERY, H., (1991), *L'Etat et les stratégies du territoire*, Paris, CNRS Editions.

VALLAUX, C., (1911), *Le sol et l'Etat*, Paris, Editions Doin.

VANDERMOTTEN, C., (2005), *Territorialité et politique*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.

VIDAL DE LA BLACHE, P., (1898), « La géographie politique à propos des écrits de Monsieur Frédéric Ratzel », *Annales de Géographie*, vol. 7, n° 32, pp. 97-111.

VIDAL DE LA BLACHE, P., (1904), « Nécrologie : Friedrich Ratzel », *Annales de Géographie*, vol. 13, n° 72, pp. 466-467.